



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



LICITAÇÃO: TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23104.012362/2022-02

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

EMBASAMENTO LEGAL:

O presente modelo de Termo de Referência se aplica aos procedimentos licitatórios regidos pelo regime de contratações públicas previsto na Lei n.º 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 10.024/2019.

As aquisições devem ser planejadas em todos os aspectos para que as demandas da Administração Pública sejam atendidas adequadamente e no tempo oportuno.

Observadas principalmente, no que couber: Lei nº 8.666, de 1993, arts. 14 a 16; art. 40, §4º; art. 60; 62, §4º, e art. 73, II; Decreto nº 10.024, de 2019; Decreto nº 8.538, de 2015; Decreto nº 7.892, de 2013; Decreto nº 7.746, de 2012; Instrução Normativa Seges/ME nº 40, de 2020; Instrução Normativa Seges/ME n. 73, de 2020; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2010; e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

PREGÃO ELETRÔNICO

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de 01 (uma) **UNIDADE HÍBRIDA DE IMAGINOLOGIA DIGITAL PARA TOMOGRAFIAS COMPUTADORIZADAS POR FEIXE CÔNICO, RADIOGRAFIAS PANORÂMICAS E TELERRADIOGRAFIAS, PARA APLICAÇÃO EM ODONTOLOGIA, COM COMPUTADOR PARA AQUISIÇÃO DE IMAGEM - CONSOLE E ESTABILIZADOR DE TENSÃO** *conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:*

| ITEM | PREGÃO | UASG | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | IDENTIFICAÇÃO CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | Valor Máximo Aceitável (Unitário) | Valor Máximo Aceitável (Total) |
|------|--------|------|---|-------------------------|-------------------------|------------|--|---|
| 1 | - | - | Unidade híbrida de imagenologia digital para tomografias computadorizadas por feixe cônico, radiografias panorâmicas e telerradiografias (sistema 3 em 1), para aplicação em odontologia, com computador para aquisição de imagem - console e | 425186 | 1 | 1 | R\$ 271.000,00 | R\$ 271.000,00 |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | <p>estabilizador de tensão de rede.</p> <p>Unidade híbrida de imagenologia com sistema 3 em 1 que realize:</p> <ul style="list-style-type: none">-Tomografias computadorizadas por feixe cônico dos maxilares, região das articulações temporomandibulares e região maxilofacial;-Radiografias panorâmicas convencionais de adulto, dispondo de programas específicos para panorâmicas para pacientes infantis com redução da dose de radiação e de exposição, panorâmica com ampliação constante;-Radiografias da região das articulações temporomandibulares com boca aberta e fechada e programas específicos para seios da face;-Telerradiografias com filtro para tecidos moles; e- Radiografias pósterio-anteriores, ântero-posteriores e lateral de face, seios da face, submento-vértice e carpal. <p>Especificações do equipamento:</p> <ul style="list-style-type: none">-O tubo de raios X deve ter, no mínimo, valores de tensão de 60 a 90 kV e de corrente de 4 a 16 mA;-O ponto focal deve medir 0,5 mm ou menos; e-A voltagem do equipamento deve ser de 220 V. <p>O computador para aquisição de imagem -</p> | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | console deve ter todas as características e configurações necessárias para utilização adequada e plena do equipamento de tomografia e seus respectivos softwares Estabilizador de tensão de rede compatível com o tomógrafo e computador, homologado pela empresa e que suporte variações de tensão superiores a 10%; 3KVA Todo o conjunto deverá possuir garantia mínima de 12 meses a contar da data da instalação; ser instalado na Faodo/UFMS; e ter aplicação de curso de capacitação para operação do equipamento. | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da homologação do pregão eletrônico, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93. A vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

1.3. Em obediência ao art. 3º, §1º, I, da Lei nº 8.666/1993 e art. 3º, XI, alínea "a.1", do Decreto nº 10.024/2019, no intuito de evitar especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização, foram tomadas as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração:

1.3.1. As especificações foram retiradas do código CATMAT, e as descrições complementares indicam alguma especificidade necessária ao requisitante, porém de forma objetiva e imparcial. A exemplo dos pregões anteriores, às licitações deste tipo de material, ocorrem vários fornecedores do ramo, sendo a descrição dos itens ensejando um certame competitivo.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, código SEI nº. [3226642](#), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul salienta a necessidade da aquisição de um equipamento de tomografia computadorizada de feixe cônico (inexistente em nossa instituição) uma vez que este exame nos proporciona uma visão tridimensional das estruturas da região de cabeça e pescoço, propiciando diagnósticos mais precisos e melhores planos de tratamento para nossos pacientes. Este equipamento é usado em casos de cirurgias complexas, planejamento de tratamentos e retratamentos endodônticos, patologias na região de cabeça e pescoço e etc. Atualmente, estamos solicitando para os pacientes que necessitam deste exame procurarem clínicas particulares, o que para alguns, fica inviável devido ao custo destes exames.

2.3. As atividades desenvolvidas na FAODO/UFMS são capazes de interligar a Universidade com as demandas da população e permitir o envolvimento de toda a comunidade acadêmica determinando um forte impacto na melhoria da saúde bucal do município. Dessa forma, a aquisição deste equipamento, além de auxiliar o diagnóstico e plano de tratamento dos pacientes, traria tecnologia e conhecimento no ensino para os alunos e professores e impulsionaria a pesquisa em nossa Universidade. Além disso, projetos de extensão que atendessem a comunidade, poderiam ser desenvolvidos utilizando o tomógrafo.

2.4. Resultando, assim, em: aumento da população atendida, aumento dos serviços prestados e maior sincronia entre as práticas profissionais do mercado de trabalho e a aprendizagem acadêmica.

2.5. Para tanto, necessitamos de uma unidade híbrida de imagenologia com sistema 3 em 1 que realize: tomografias computadorizadas por feixe cônico dos maxilares, região das articulações temporomandibulares e região maxilofacial; radiografias panorâmicas convencionais de adulto, dispondo de programas específicos para panorâmicas para pacientes infantis com redução da dose de radiação e de exposição, panorâmica com ampliação constante; radiografias da região das articulações temporomandibulares com boca aberta e fechada e programas específicos para seios da face; telerradiografias com filtro para tecidos moles; e radiografias pósterio-anteriores, ântero-posteriores e lateral de face, seios da face, submento-vértice e carpal.

2.6. O referido equipamento deve ser montado em coluna motorizada para fixação em parede ou chão, acompanhado de controle remoto de disparo posicionado fora da sala de exames. O equipamento deve permitir o ajuste e personalização dos valores de kV e mA de acordo com o biotipo do paciente, tanto para as radiografias, quanto para as aquisições tomográficas com o comando para tais funções localizado fora da sala de procedimento. Deve ter sinais luminosos para as linhas de referência do plano de Frankfurt e plano sagital mediano. O equipamento deve conter um sensor exclusivo para aquisição de tomografias computadorizadas, um sensor exclusivo para aquisição de radiografias panorâmicas e outro sensor exclusivo para aquisição de telerradiografias. Durante a rotina de atendimento clínico, o equipamento deve permitir a realização sequencial de radiografia panorâmica, telerradiografia e/ou tomografia computadorizada sem a necessidade de remoção e reinserção manual dos sensores envolvidos nessas aquisições.

2.7. Por questões técnicas, deve possuir ainda tubo de raios X com, no mínimo, valores de tensão de 60 a 90 kV e de corrente de 4 a 16 mA, o ponto focal deve medir 0,5 mm ou menos e a voltagem do equipamento deve ser de 220 V.

2.8. Entendemos ainda ser importante apresentar as particularidades da função de tomografia computadorizada, onde os campos de visão (ou FOV) disponíveis devem permitir a aquisição completa, em uma única exposição, de maxila, ou de mandíbula, ou de ambas arcadas, ou de ambas as articulações temporomandibulares, ou do complexo maxilofacial, além de realizar aquisições de segmentos da maxila ou mandíbula. O voxel das imagens de tomografia computadorizada deve ter um valor mínimo de $0,08 \pm 0,005\text{mm}$. O scout deve ser livremente ajustável, ou seja, após sua execução, a precisão do posicionamento do FOV deverá ser de, no mínimo, 5x5 ou superior podendo ser ajustada previamente à aquisição do volume total. O equipamento deve permitir que o FOV seja posicionado livremente na área de

interesse, tanto na horizontal quanto na vertical. O software para tomografia computadorizada deve permitir explorar o volume total adquirido por meio da manipulação e visualização simultânea das janelas dos cortes axiais, coronais e sagitais, com e sem a presença de linhas-guia, também permitindo a variação das angulações desses cortes; deve gerar reconstruções coronais panorâmicas e cortes transversais ou parassagitais; deve gerar reconstruções em 3D; deve realizar cortes em todos os planos (axial, sagital e coronal) do volume total adquirido com programa que gere templates, a partir desse volume, que possam ser impressos em filme ou gravados no formato digital para posterior impressão. O programa de tomografia computadorizada do equipamento também deve permitir que os arquivos de imagens possam ser transferidos gratuitamente para um dispositivo móvel externo.

2.9. Acerca do computador para aquisição de imagem (console), item indispensável para o funcionamento do equipamento, deve ter todas as características e configurações necessárias para utilização adequada e plena do equipamento de tomografia e seus respectivos softwares, cuja configuração mínima deve ser com processador Intel Core i10 ou superior, memória RAM de 32 GB ou superior, sistema operacional 64-Bit - Windows 10 Professional, disco rígido híbrido SSD de 256 GB ou superior e HD de armazenamento dos exames 4TB de 7200 rpm, placa de vídeo dedicada de 6GB ou superior, placa de rede – rede cabeada Gigabit Ethernet Dedicada, gravador de DVD, mínimo de 4 portas USB, teclado e mouse.

2.10. Já sobre o estabilizador de tensão de rede, deverá ser compatível com a unidade de imagiologia e computador, homologado pelo fornecedor e que suporte variações de tensão superiores a 10%; 3KVA.

2.11. As eventuais adequações estruturais de espaço físico - se necessárias - serão efetuadas por esta Faculdade de Odontologia. Todo o conjunto deverá possuir garantia mínima de 12 meses e ser instalado na Faodo/UFMS com aplicação de curso de capacitação para operação do equipamento.

2.12. Registre-se, por fim, que a presente contratação atende ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) desta UFMS nos eixos "Oferta de oportunidades de participação em programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo;", "Desenvolvimento de ações inovadoras de ensino-aprendizagem (materiais didáticos digitais e metodologias ativas e criativas), com a prática do desenvolvimento crítico e científico na jornada acadêmica que potencializam a inserção do estudante no mundo do trabalho", "Fortalecer a orientação acadêmica voltada ao estágio e à prática profissional, contribuindo para a formação de estudantes críticos, reflexivos e futuros profissionais comprometidos com o desenvolvimento social em eixos geográficos diversos".

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, código SEI nº. [3226642](#), apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Trata-se da aquisição de uma unidade híbrida de imagenologia digital para tomografias computadorizadas por feixe cônico, radiografias panorâmicas e telerradiografias (sistema 3 em 1), para aplicação em odontologia, com computador para aquisição de imagem - console, com sistema 3 em 1 que realize, tomografias computadorizadas por feixe cônico dos maxilares, região das articulações temporomandibulares e região maxilofacial; radiografias panorâmicas convencionais de adulto, dispondo de programas específicos para panorâmicas para pacientes infantis com redução da dose de radiação e de exposição, panorâmica com ampliação constante; radiografias da região das articulações temporomandibulares com boca aberta e fechada e programas específicos para seios da face; telerradiografias com filtro para tecidos moles; e radiografias pósterio-anteriores, ântero-posteriores e lateral de face, seios da face, submento-vértice e carpal. As especificações do equipamento devem ser: tubo de raios X deve ter, no mínimo, valores de tensão de 60 a 90 kV e de corrente de 4 a 16 mA; ponto focal deve medir 0,5 mm ou menos; e voltagem do equipamento deve ser de 220 V. O computador

para aquisição de imagem - console deve ter todas as características e configurações necessárias para utilização adequada e plena do equipamento de tomografia e seus respectivos softwares. Também deverá conter estabilizador de tensão de rede. Todo o conjunto deverá possuir garantia mínima de 12 meses e ser instalado na Faodo/UFMS com aplicação de curso de capacitação para operação do equipamento.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019. Vide arts. 14 a 17 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Após consulta ao "[Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentaveis4edio.pdf)", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentaveis4edio.pdf>, verificou-se que não há legislação específica sobre a sustentabilidade do objeto em questão e nem foi encontrado no mercado equipamentos viáveis com critérios de sustentabilidade.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo máximo de entrega do item será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Confirmação de Compra e respectiva Nota de Empenho assinada pela UFMS.

6.1.1. Local Horário e condições de recebimento:

6.1.1.1. Os materiais deverão ser entregues na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - SECRETARIA DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO - SEPAT/DISERV/PROADI – Av. Senador Filinto Miller, 1555 - CEP 79074-460 - Vila Ipiranga - UFMS Fone: 067 3345-3508 / 3518.

6.1.1.2. **Horário:** das 13h15min às 16h40min, em dia útil.

6.1.1.3. **Agendamento:** A entrega deverá ser agendada com antecedência de no mínimo 24h.

6.1.1.4. A entrega só será considerada agendada, após confirmação da SEPAT/DISERV/PROADI.

6.1.1.5. O prazo de entrega será contado a partir do recebimento da notificação pela contratada.

6.1.1.6. Não serão aceitos materiais com quantitativo em desacordo com o autorizado.

6.1.1.7. Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, para que não sofram qualquer outro tipo de dano;

6.1.1.8. TODAS as CAIXAS E NOTAS FISCAIS devem estar identificadas com o nome da FAODO, assim como a identificação do NÚMERO DE EMPENHO e o NOME DO FORNECEDOR;

6.1.1.9. A simples assinatura de servidor da SEPAT correspondente em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte e implica apenas recebimento provisório;

6.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.1.4. **Recolhimento de material enviado em desconformidade:** Material enviado em desconformidade quantitativa ou qualitativa em relação ao empenhado, deverá ser recolhido

em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada.

6.1.5. Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a UFMS dará as destinações que julgar pertinente.

6.1.6. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;

6.1.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.1.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

6.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

6.4. **Recesso de Fim de Ano:** Não haverá recebimento de material, na SEPAT/DISERV, nas semanas de Natal e Ano Novo.

6.5. No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.

6.6. A instalação do equipamento será agendada junto à Faodo/UFMS, pelos contatos 067 3345-7681, e-mail coad.faodo@ufms.br, assim como a aplicação do curso de capacitação para operação do equipamento.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em

corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

| | | |
|-----------------|----------------------------------|--|
| I = (TX) | I = (6/100)/365 | I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6% |
|-----------------|----------------------------------|--|

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por tratar-se de equipamento permanente que será instalado na Faodo/UFMS por conta do contratado com respectiva capacitação para operação do equipamento.

15. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens é de, no mínimo, 12 meses, contados a partir da data de instalação do equipamento na Faodo/UFMS.

15.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

15.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as

normas técnicas específicas.

15.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.7. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

15.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.9. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e da Resolução 143 CD, de 28 de agosto de 2019 da UFMS a Contratada que, na fase de execução contratual:

16.2. Não celebrar o contrato:

16.2.1. recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato/ata de registro de preços;

16.2.2. recusar ou deixar de assinar contrato/ata de registro de preços dentro do prazo de convocação;

16.2.3. recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato/ata de registro de preços

16.3. Sanções aplicáveis para as condutas 16.2.1, 16.2.2, 16.2.3:

16.3.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 04 meses;

16.3.2. Descredenciamento do Sicafe pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

16.3.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

16.4. Apresentar documentação falsa:

- 16.4.1. omitir informações em documentos exigidos no certame;
- 16.4.2. adulterar documento, público ou particular;
- 16.4.3. encaminhar contrato/ata de registro de preços adulterada
- 16.5. **Sanções aplicáveis para as condutas 16.4.1, 16.4.2, 16.4.3:**
- 16.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 16.5.2. Descredenciamento do Sicafe pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 16.5.3. Multa de 20% do valor total do contrato/ata de registro de preços;
- 16.6. **Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:**
- 16.6.1. praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.
- 16.6.2. deixar de prestar garantia quando exigido.
- 16.7. **Sanções aplicáveis para a conduta 16.6.1:**
- 16.7.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.
- 16.7.2. Multa de 15% do valor total do contrato/ata de registro de preços
- 16.8. **Sanções aplicáveis para a conduta 16.6.2:**
- 16.8.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 01 ano;
- 16.8.2. Descredenciamento do Sicafe pelo prazo de até 01 (ano) ano;
- 16.8.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%
- 16.9. **Falhar na execução do contrato**
- 16.9.1. entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na ata de registro de preços;
- 16.9.2. deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado pela Administração;
- 16.9.3. atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 16.9.4. recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados/registrados;
- 16.9.5. deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.
- 16.10. **Sanções aplicáveis para as condutas 16.9.1, 16.9.2, 16.9.3, 16.9.4, 16.9.5:**
- 16.10.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 meses;
- 16.10.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%; e/ou Multa de 10% do valor total do material contratado;
- 16.10.3. Descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 anos;
- 16.11. **Fraudar na execução do contrato**
- 16.11.1. elevar arbitrariamente os preços;
- 16.11.2. fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;
- 16.11.3. entregar um material por outro;
- 16.11.4. alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;
- 16.11.5. tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;
- 16.12. **Sanções aplicáveis para as condutas 16.11.1, 16.11.2, 16.11.3, 16.11.4, 16.11.5:**

- 16.12.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 16.12.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido
- 16.13. **Comportar-se de modo inidôneo**
- 16.13.1. realizar atos comprovadamente de má- fé ou com dolo;
- 16.13.2. participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;
- 16.13.3. não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;
- 16.13.4. não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;
- 16.14. **Sanções aplicáveis para as condutas 16.13.1, 16.13.2, 16.13.3, 16.13.4:**
- 16.14.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;
- 16.14.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido; e/ou Multa de 1% do valor total da obrigação, por dia de descumprimento, no limite máximo de 20%
- 16.15. **Cometer fraude fiscal**
- 16.15.1. fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;
- 16.15.2. omitir informações em suas notas fiscais;
- 16.15.3. falsificar ou alterar notas fiscais
- 16.16. **Sanções aplicáveis para as condutas 16.15.1, 16.15.2, 16.15.3:**
- 16.16.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;
- 16.16.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.
- 16.17. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.18. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 16.18.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 16.18.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.18.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.19. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10520/2002, subsidiariamente a Lei 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.20. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.20.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.21. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.22. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.23. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.24. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.25. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.26. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

17.3.1.1.1 Prospecto comprovando atendimento aos requisitos deste Termo de Referência, com marca e modelo do equipamento; e

17.3.1.1.2 O licitante deverá enviar a lista de assistências técnicas autorizada pelo fabricante responsáveis pela manutenção do aparelho durante a garantia do bem, preferencialmente na cidade do local de instalação, podendo apresentar declaração que firmará parceria com uma das empresas listadas para disponibilizar a garantia do bem.

17.4. O critério de aceitabilidade de preço é de Valor MÁXIMO ACEITÁVEL: R\$ 271.000,00 (duzentos e setenta e um mil reais).

17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço.

17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 271.000,00 (duzentos e setenta e um mil reais).

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 154054 / 15269 – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS;

Fonte de Recursos: **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) Nº 10978/2022**; processo SEI nº. [23104.008496/2022-11](#).

20. INFORMAÇÕES GERAIS

20.1. ESTIMATIVA DE CUSTO

20.1.1. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, **taxas, fretes, transportes, garantia dos materiais e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.**

20.1.2. Se a proposta da licitante estiver seriamente desequilibrada ou os preços inexequíveis, em relação à estimativa prévia de custo pela UFMS, esta poderá exigir que a licitante apresentasse um detalhamento dos preços ofertados, a fim de demonstrar a consistência dos preços em relação ao método e prazo propostos.

20.1.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do Artigo 43 da Lei nº. 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

20.1.3.1. Solicitação à proponente para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, apresentar justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

20.1.3.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

20.1.3.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

20.1.3.4. Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

20.1.3.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e

20.1.3.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

20.1.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

20.2. EXIGÊNCIAS DE ESPECIFICAÇÕES:

20.2.1. Deverá a licitante apresentar para cada um dos itens, descrição textual, de modo a facilitar a compreensão das características exigidas. Permitem-se variações de dimensões e desenho segundo o estilo adotado por cada fabricante. As características são as mínimas exigidas devido ao intenso uso.

20.2.2. Na proposta deverá constar o prazo de garantia mínimo estabelecido para o equipamento fixado através de Certificados ou Termos de Garantia no ato de entrega. Na proposta, deverá ainda constar, quanto à garantia: aceitabilidade, podendo ser solicitadas substituições, conforme preceitos estabelecidos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

20.2.3. Por ocasião da aquisição, no momento da aceitação, o pregoeiro poderá solicitar amostras e/ou catálogos, prospectos ou folders para constatação de cumprimento das exigências editalícias, ***sendo que todos deverão estar na língua portuguesa.***

20.2.4. No caso de esgotamento de mercado do material ofertado na ocasião da licitação, ou a adjudicatária estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuírem qualidades e rendimentos SUPERIORES aos ofertados.

20.2.5. Fica terminantemente proibida a sub-rogação do compromisso pertinente ao ato licitatório, sob pena de responsabilidade civil à adjudicatária.

20.3. DA AMOSTRA

20.3.1. **Quando e se for o caso**, o pregoeiro poderá solicitar ao fornecedor classificado em primeiro lugar, a amostra do material, ou catálogos e folders com a composição detalhada do produto, que deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da convocação, **bem como aos demais classificados que firmarem compromisso em atender nas mesmas condições do primeiro colocado, em caso de inadimplência (Incisos I, II, III e parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 11 do Dec 7892/2013)**. A amostra deverá ser entregue diretamente na Gerência de Recursos Materiais – UFMS – Avenida Costa e Silva- prédio das Pró-Reitorias-UFTMS, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, de Segunda a Sexta-Feira, em Campo Grande/MS.

20.3.2. A Área Técnica procederá à análise da amostra em conformidade com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

20.3.3. O teste a ser realizado aferirá a qualidade do item cotado, observados os seguintes critérios mínimos de aceitabilidade relacionados na especificações do Termo de Referência.

20.3.4. A amostra deverá estar devidamente embalada e identificada com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante, podendo a proponente ser desclassificada, caso não esteja sua amostra de acordo com o proposto nesse subitem.

20.3.5. Caso a amostra da primeira colocada seja reprovada, serão convocadas as propostas remanescentes em ordem de classificação.

20.3.6. As amostras ficarão à disposição da licitante, que deverá retirá-las até o prazo de 20 (vinte) dias.

21. UNIDADES REQUISITANTES DESTE TERMO

21.1. Unidades requisitantes deste termo de referência: Faculdade de Odontologia - Faodo.

22. ANEXOS

22.1. Estudo Técnico Preliminar - ETP nº. 47/2022, [3226642](#).

22.2. Documento de Formalização de Demanda, [3226645](#).

22.3. Comprovante de Registro no PGC 2022, [3226644](#).

22.4. Solicitação de Compra nº 80/2022, [3261246](#).

22.5. Metodologia de Pesquisa de Preços, Relatório [3267720](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlos da Silva Pereira, Administrador**, em 10/05/2022, às 10:00, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Cristiane Miyashiro, Coordenador(a) Administrativo(a)**, em 10/05/2022, às 10:02, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Nejaim, Coordenador(a) Clínico(a)**, em 10/05/2022, às 10:07, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Nakao Arashiro, Diretor(a)**, em 10/05/2022, às 10:27, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3269192** e o código CRC **18015D99**.

Referência: Processo nº 23104.012362/2022-02

SEI nº 3269192

Criado por [marlos.pereira](#), versão 2 por [marlos.pereira](#) em 10/05/2022 09:56:41.